



AR

Orçamento do Estado vai financiar programas contra a violência no namoro

2009-12-21, 18h58

Serviço áudio disponível em www.lusa.pt

Lisboa, 21 Dez (Lusa) - A secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, afirmou hoje que o programa contra a violência no namoro, considerado prioritário pelo Governo para 2010, terá financiamento reforçado por via do Orçamento do Estado.

Elza Pais falava no final de uma reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em que o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, respondeu a questões dos deputados sobre imigração e políticas de igualdade.

Depois de Pedro Silva Pereira ter frisado na sua intervenção que o Governo dará "particular atenção à prevenção e combate ao fenómeno da violência no namoro", a secretária de Estado apontou depois alguns das acções que estão a ser projectadas pelo executivo neste domínio.

De acordo com a secretária de Estado, no que respeita à violência doméstica, o Governo dispõe de um montante de 2,6 milhões de euros do Quadro de Referência Estratégico Nacional, que apoia 13 projectos - um deles o da campanha contra a violência no namoro.

"Como o sucesso desta campanha foi tão grande, o Governo vai dar-lhe continuidade com financiamento do Orçamento do Estado, dado que o primeiro partiu dos fundos estruturais", declarou Elza Pais.

Ao longo da reunião, a vice-presidente da bancada do PSD Teresa Morais avisou o Governo de casos de saturação da rede de casas de abrigo, em relação à qual o executivo estima uma taxa de ocupação em 97 por cento.

Teresa Morais apontou casos de mulheres em situação de urgência que não conseguiram encontrar acolhimento, o que foi rejeitado por Elza Pais, embora Pedro Silva Pereira tenha afirmado que o Governo terá ainda de investir mais nesta área.

Uma das intervenções mais críticas da reunião partiu da jovem deputada do PCP Rita Rato, que falou de "33 anos de políticas de direita, que aumentaram as desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Rita Rato apontou uma série de casos em que os despedimentos colectivos afectaram mais as mulheres do que homens e insurgiu-se contra o facto de 38 por cento das mulheres trabalharem ao sábado.

PMF.